

**Projeto DGM FIP Brasil**  
**5ª Reunião Extraordinária do Comitê Gestor Nacional**  
**Dia 10 de setembro de 2019 – Brasília/DF**

Iniciou-se às 13h30 do dia 10 de setembro de 2019, na sede do Banco Mundial em Brasília/DF, a 5ª Reunião Extraordinária do Comitê Gestor Nacional (CGN) do Projeto DGM/Brasil. Estavam presentes: Januário Tseredzaró, João Nonoy, Anália Aparecida da Silva, Maria do Socorro Lima, Srewe Brito, Gilberto Barros, Lucely Pio, Jossiney Evangelista, Mayk Arruda, Valcélvio Figueiredo, Jhonny Martins e Maria de Lourdes Nascimento, representantes da sociedade civil do CGN; os representantes do Governo, Priscila Feller (FUNAI); Rodrigo Medeiros (MMA) e Pedro Bruzzi (FIP Coordenação); a equipe do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/NM - AEN), representado por Álvaro Carrara, Claudia Calorio, Gabriel Ribeiro, Aderval Costa Filho e Nívea Pereira; e do Banco Mundial (entidade observadora), nas pessoas da Daniella Arruda, Carolina Höfs, Camila Santana, Christoph Diewald, Pollyana Mendonça e Alberto Costa.

Os trabalhos foram abertos pela presidência do CGN. Logo em seguida, Álvaro Carrara, da AEN, apresentou uma proposta de pauta para a reunião, a saber: 1) leitura e aprovação da ata da 7ª Reunião Ordinária do CGN, que aconteceu entre os dias 22 e 23 de agosto de 2019 em Montes Claros/MG; andamento dos subprojetos (relato das visitas e encaminhamentos de subprojetos com dificuldades de execução; síntese de monitoramento); balanço financeiro do DGM (orçamento componente 1A); apresentação do primeiro vídeo sobre REDD+.

**Andamento dos subprojetos**

**a) Relato das visitas e encaminhamentos de subprojetos com dificuldade de execução**

- Subprojeto 3 *Recuperação de área degradada* (Associação Boui Maraiawatsede da Terra Indígena Maraiawatsede)

O novo técnico, engenheiro florestal e agrimensor de formação, já iniciou contato com a associação, realizando uma visita ao local onde está prevista a recuperação da área degradada. A AEN está dedicada ao processo de sua contratação, já contando com o aval do coordenador do subprojeto e da comunidade.

Álvaro relatou que, na última visita de monitoramento feita por ele, esteve nas aldeias envolvidas pelo subprojeto, sendo discutidas as dificuldades operacionais para implementação do mesmo e desenhados croquis que poderiam embasar um projeto técnico de execução. A proposta inicial da associação englobaria a recuperação de pequenas porções descontínuas nas imediações das aldeias. O formato proposto gerou dúvidas quanto à eficácia em termos de resultados, e por isso foi proposto na semana do dia 16/09 uma conversa com o novo técnico.

- Subprojeto 268 *Watuhowy Mananumkje'y* (Associação Indígena Myky Waypjatápja Mananukje'y)

O prazo estabelecido na última reunião do CGN em agosto/2019, para que fosse encaminhada a carta de anuência para contratação da técnica operacional, com data

sugerida para o dia 29/08/2019 foi atendido. Na mensagem enviada, a AEN também solicitou as especificações técnicas da obra planejada pelo subprojeto, informações não disponibilizadas até o dia da presente reunião.

Encaminhamento: envio de uma nova carta por parte da AEN estabelecendo um prazo final para que eles enviem as especificações técnicas.

- Subprojeto 129 *Artesanato e cultura Krahô Aldeia Manoel Alves* (Associação Povo Indígena Krahô-Kanela – APOINKK)

Histórico: Foram feitos os diálogos iniciais pelo Comitê juntos aos representantes indígenas da Aldeia Manoel Alves após a desistência do Instituto Kairós. Participaram da articulação Srewe, João Nonoy e Mayk.

Na semana do dia 02/09/2019 Álvaro, Srewe e Pollyana realizaram uma visita à aldeia. Foi realizada reunião com a comunidade, momento em que eles reafirmaram a importância da continuidade do subprojeto, sendo assinada uma carta de anuência assumindo concordância com a substituição da instituição proponente, do Instituto Kairós para a APOINKK, contando com o apoio operacional do Wagner Krahô-Kanela.

Após a reunião, foi discutida a possibilidade de alteração do Plano de Trabalho, considerando o grande número de oficinas e contratações previstos inicialmente. O novo formato do subprojeto incluiria a realização de duas oficinas, cada uma com duração de uma semana, ao invés das nove previamente idealizadas, bem como a inclusão do custeio do deslocamento do Wagner de Lagoa da Confusão para Itacajá e o apoio operacional do Francisco Huyno, indígena Krahô, que também é servidor da FUNAI/TO. O Cacique Roberto Krahô também solicitou que fosse incluída a aquisição de uma câmera fotográfica para registro das oficinas e rádios comunicadores para as etapas de vigilância territorial previstas.

Encaminhamento: a AEN ficou responsável por realizar a readequação do orçamento das atividades, contemplando as alterações propostas, e também se comprometeu a realizar uma consulta ao setor jurídico do CAA/NM quanto ao regime contratual do subprojeto (se seria possível elaborar um aditivo ao subprojeto 42 *Irom Cati* ou se a melhor alternativa seria a assinatura de um novo acordo de subdoação).

Pollyana Mendonça, consultora do Banco Mundial, relatou que esteve em contato com funcionária da FUNAI/TO que realiza trabalho com as mulheres Krahô. Nesse contato, ela disse que as indígenas apresentaram uma demanda de apoio muito semelhante aos objetivos propostos no subprojeto 129, e que a indigenista ainda não tinha tomado conhecimento do apoio do DGM Brasil. Priscila Feller, representante da FUNAI no CGN, argumentou que poderia estar ocorrendo falha na comunicação entre o representante da FUNAI/TO encarregado em acolher as demandas do Projeto DGM no Tocantins e a funcionária.

Encaminhamento: Foi sugerido que Priscila Feller enviasse um email para ambos com o intuito de alinhar as informações sobre o subprojeto 129 e as atividades da FUNAI/TO na Aldeia Manoel Alves.

## **b) síntese de monitoramento**

Claudia Calório apresentou caso a caso a situação dos 3 subprojetos já finalizados e dos 44 subprojetos com projeção para finalização até fevereiro de 2020, para em seguida ser

repassada a situação dos 17 subprojetos com projeção de encerramento em maio de 2020.

As seguintes informações foram apresentadas na síntese de monitoramento:

<b>Quanto à execução física:</b>
3 subprojetos concluíram as atividades físicas
<b>Quanto à execução financeira:</b>
19 subprojetos têm execução financeira acima de 50%
20 subprojetos têm execução financeira entre 50 e 20%
17 subprojetos têm execução financeira entre 20 e 1%
5 subprojetos sem execução financeira

Sobre os subprojetos com 0% de execução física e/ou financeira: Claudia esclareceu que entre os meses de agosto e setembro, 4 subprojetos que no levantamento anterior possuíam 0% de execução (9 subprojetos ao todo) realizaram alguma movimentação financeira. Sendo assim, reduziu-se para 5 o número de subprojetos sem execução financeira. São eles: 1) Aldeia Manoel Alves, devido aos trâmites para substituição de organização proponente; 2) Associação Pedra Preta (Manga/MG), em finalização do processo de licitação para construção, que totaliza o valor de R\$60.000,00; 3) Associação Xavante Warã, com movimentações relacionadas à aquisição de veículo e de consultor, que já foram aprovados no Step; 4) Gurutuba, com edital de contratação de consultor para realização de diagnóstico; 5) Myky, houve manifestação da coordenadora após notificação da AEN, estamos aguardando o apoio da mesma, o que não descarta o risco do subprojeto ser cancelado.

Em resumo, somente dois subprojetos não possuem nenhuma movimentação ou nada publicado: Aldeia Manoel Alves e Myky.

Após a síntese realizada por Claudia Calório, deu-se início a um conjunto de inscrições e falas por parte dos participantes da reunião, sintetizadas a seguir:

Daniella Ziller sugere que nas próximas reuniões do Comitê, a síntese de monitoramento realizada pela AEN venha acompanhada de um comparativo do monitoramento anterior, para se ter uma melhor noção do avanço da execução físico financeira dos subprojetos e do alcance dos indicadores.

Srewe descreveu os motivos pelos quais, na sua opinião, alguns subprojetos se encontram em situação de atraso em relação ao planejamento inicial. Ponderou sobre o processo de contratação de consultores, que muitas vezes também acabam condicionando a aquisição de equipamentos e materiais permanentes. Manifestou preocupação com a execução do subprojeto 127 – UNIX, considerando a chegada do período chuvoso no Tocantins. Questiona sobre a aquisição do veículo para o subprojeto 195 – Warã, tendo em vista o CNPJ da associação ter sido registrado em São Paulo e a

sede estar situada em Barra do Garças/MT. O representante pergunta quais seriam as possibilidades garantidas pelo Banco Mundial em uma situação como essa.

Tseredzaró relata as dificuldades indicadas por parte de alguns coordenadores de subprojetos no estado do Mato Grosso, como por exemplo o deslocamento para a realização de cotações para orçamento de empresas capacitadas a entregarem os insumos. No caso específico do subprojeto 195, diz que as aldeias estão localizadas a 100 quilômetros da cidade mais próxima, em estrada com muitos atoleiros. Segundo o representante, isso dificulta a organização do processo de mobilização dos comunitários, e por isso pede um pouco mais de envolvimento da AEN e do Banco Mundial nessa questão. Para além disso, Tseredzaró faz uma reflexão sobre as divergências entre os próprios indígenas, e a forma como ele é constantemente abordado pelos coordenadores dos subprojetos para auxiliar nas conversas com a AEN.

Sobre as indagações de Srewe e Tseredzaró, Álvaro Carrara informa que a equipe de técnicos do DGM Brasil estará presente durante o IX Encontro e Feira dos Povos do Cerrado para apoiar na resolução de quaisquer dificuldades que estejam passando os subprojetos, oportunizando esse encontro com o objetivo de solucionar as questões que aparecerem. Daniella também se manifesta, apontando para a elaboração de um cronograma de visitas pela AEN e o Banco Mundial.

Rodrigo Medeiros, representante do MMA no Comitê, analisa a partir da fala do Tseredzaró sobre como têm sido estruturados os projetos direcionados para povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, baseado no formato da centralização das compras e aquisições. Ao seu ver, ao mesmo tempo que se ganha agilidade na aquisição, contratação e prestação de contas, perde-se envolvimento da comunidade na execução. Sendo assim, pergunta quais poderiam ser os modelos mais adequados para implementação de atividades como essas, que envolvem comunidades. Em resposta à pergunta do Rodrigo, Daniella dá o exemplo do Projeto Bahia Produtiva, onde foi desenvolvido um aplicativo de compras, uma espécie de pregão eletrônico pelo qual as empresas têm acesso à solicitação de insumo pelo próprio aplicativo, sendo que o mesmo já realiza toda a avaliação. O nome do sistema implementado é SOL (Sistema Online de Licitações), e poderia ser um bom caminho para iniciativas futuras.

### Balanco financeiro do Projeto DGM Brasil

Foram apresentadas as informações financeiras/orçamentárias atualizadas até o mês de setembro de 2019. Álvaro Carrara esclareceu sobre o saldo remanescente do componente 1A, advindo da variação cambial do dólar para o real, a partir de uma estimativa que buscou levar em consideração todos os desembolsos que o Banco Mundial praticou nos anos de execução do Projeto DGM Brasil. Em síntese, foram apresentadas as seguintes informações:

<b>Componente 1<sup>a</sup></b>
Total: US\$ 2.925.000,00 Recurso já comprometido: R\$ 6.134.647,00 Saldo remanescente disponível: R\$ 600.000,00 (70% de todo o saldo disponível)
<b>Proposta de alocação de 70% do saldo disponível:</b>
1) R\$230.000,00 para novas subvenções aos subprojetos

- 2) R\$250.000,00 para as Redes do CGN não contempladas (Pacari, Wyty Catê, Conselho Terena, APOINME e Rosalino – R\$50.000,00 cada);  
3) R\$135.000,00 para as Redes já contempladas (MOPIC, Rede Cerrado, CONAQ e MIQCB – 30% a mais em relação ao primeiro apoio recebido)

Giba Tuxá pergunta à AEN qual seria o prazo de execução do recurso destinado às redes que ainda não tinham sido contempladas, e os procedimentos necessários para sua viabilização. Claudia Calorio esclarece que foi proposto à Rede Cerrado um aditivo ao subprojeto institucional para execução do montante destinado às redes não contempladas, e que a AEN estaria apenas aguardando um posicionamento para receber as propostas, se colocando inclusive à disposição para orientá-las. Mayk complementa a fala da Claudia, confirmando o assentimento por parte da Rede Cerrado em auxiliar na operacionalização dos recursos, contudo, indicou a necessidade de que seja alocado recurso para apoio operacional.

Em seguida, Priscila Feller, representante da FUNAI no Comitê, manifesta certa preocupação quanto ao que foi decidido sobre alocação de novos recursos para as redes (não contempladas e contempladas). Cita as diretrizes instituídas pelo CIF para implementação do DGM nos países em relação à escolha de representantes da sociedade civil para criação do Comitê Gestor, que deveriam representar categorias específicas, e não necessariamente seus próprios projetos. Nesse sentido, propôs a criação de novos subprojetos para abarcar as novas propostas das redes não contempladas, visando não caracterizar um eventual direcionamento do saldo remanescente apresentado. Srewe considera a situação sob outra perspectiva, não vê problema na elaboração do aditivo, argumentando que muitas das redes não contempladas já fazem parte de organizações já contempladas, sobretudo da Rede Cerrado. Claudia complementa recordando todo o processo que iniciou a discussão para a criação do Comitê Gestor Nacional dentro do Projeto DGM Brasil, pautada na proposta de se fortalecer cada rede representada como sujeitos políticos defensores de um bioma que foi objeto de benefício de um projeto como este. Mayk sugere realização de uma análise mais profunda por parte das redes já contempladas e a relevância da execução dos subprojetos institucionais para o fortalecimento das ações das redes/manutenção das atividades diante da conjuntura atual.

Em resumo, tornou-se consenso o encaminhamento já tirado na reunião anterior, de que as subvenções seriam feitas nos acordos de subdoação das redes já existentes, por exemplo, o próprio caso da Rede Cerrado para que ela acolha as outras iniciativas.

### **Outros encaminhamentos**

Seminário final de avaliação do Projeto DGM Brasil: ficou definida a participação e colaboração de 03 representantes do CGN (indígena, quilombola e comunidade tradicional) junto à equipe técnica da AEN para elaboração da proposta metodológica do seminário final. CGN ficou de indicar os nomes dessa comissão, bem como Alberto Costa se prontificou a resgatar e enviar à AEN o orçamento e lista de organizações participantes dos seminários regionais e integradores realizados no período de preparação do DGM Brasil.

Atlas: o Comitê solicitou posição da AEN sobre o novo prazo da publicação.

Discriminação das despesas de apoio: Foi solicitada à AEN a discriminação das despesas de apoio ao CGN e a todas as redes que fazem parte do Comitê nos anos de execução do Projeto DGM (Pacari, Wyty, Conselho Terena, Rosalino, APOINME, MOPIC, Rede Cerrado, CONAQ e MIQCB). A AEN se prontificou a realizar o levantamento junto ao setor financeiro.

### **Requerimento queimadas nas Terras Indígenas**

A AEN apresentou uma minuta de requerimento a ser encaminhado pelas instituições indígenas que executam os subprojetos do DGM às instituições competentes, com o intuito de contribuir com a prevenção e controle de queimadas nas regiões onde estão localizadas as TÍ's. Houve dúvidas por parte de alguns membros do CGN quanto ao procedimento, não ficando definido um encaminhamento de envio do documento.

### **Vídeo REDD+**

Ao final da 5ª Reunião Extraordinária do CGN, o setor de Comunicação do Projeto DGM Brasil apresentou um vídeo explicativo sobre o que é REDD+.

Brasília, 10 de setembro de 2019.

Comitê Gestor Nacional do Projeto DGM/FIP/Brasil